

A ÁFRICA NOS CURSOS DE GEOGRAFIA: UMA EXPERIÊNCIA DE PESQUISA PARTICIPANTE EM SALA DE AULA

Raquel Almeida Mendes¹

almeidamendesraquel@gmail.com

Resumo

O presente trabalho em andamento consiste numa primeira etapa da pesquisa sobre África e sociedades Africanas no âmbito do ensino de Geografia. Trata-se de uma pesquisa participante de caráter exploratório e qualitativo, resultante de observações referentes ao estágio docência na disciplina “Tópicos em Geografia Humana: Geografia da África” do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás – Campus Samambaia. A construção deste trabalho se dá por meio de referenciais bibliográficos no âmbito dos estudos sobre currículo, relações raciais e Geografia da África, bem como a análise de ementas, planos de ensino e observações em sala de aula. Tomando como base as metodologias e inferências no decorrer da pesquisa até o presente momento, compreendemos que é necessário um maior acolhimento das pautas relacionadas à África e relações raciais na Geografia, rompendo dessa maneira com a percepção eurocêntrica/colonial que por vezes invisibiliza a temática das africanidades na ciência geográfica, ciência esta que apresenta inúmeras potencialidades de abordagens sobre a temática em questão.

Palavras-chave: Ensino de Geografia, Africanidades, Relações Raciais.

Introdução

Esta comunicação é fruto de uma pesquisa em andamento acerca do ensino sobre a África e as sociedades africanas nos cursos de licenciatura em Geografia das instituições de ensino superior públicas. A parte que apresentaremos consiste na primeira apreciação de referências bibliográficas sobre o tema, a análise da ementa da disciplina “Tópicos em Geografia Humana: Geografia da África” ofertada pelo Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal do Goiás (UFG – Campus Samambaia), para estudantes de licenciatura e bacharelado em Geografia, aberta para outros cursos. Por último, refletiremos a experiência

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO/IESA/UFG) e integrante do Laboratório de Estudos de Gênero, Étnico-Raciais e Espacialidades do Instituto de Estudos Sócio-Ambientais da Universidade Federal de Goiás (LaGENTE/IESA/UFG).



de pesquisa-participante da autora como estagiária-docente e do co-autor como docente da referida disciplina.

O caminho metodológico adotado neste trabalho advém da fase inicial da pesquisa, visando uma maior proximidade da problemática levantada e conseqüentemente uma melhor construção de hipóteses para o estudo, a mesma possui caráter qualitativo, uma abordagem que se preocupa, sobretudo, com a compreensão dos sujeitos e interlocutores da pesquisa, suas subjetividades, demandas sociais, dentre outros (GOLDENBERG, 1997).

No contexto supracitado, a abordagem de um método crítico torna-se imprescindível para essa categoria de pesquisa científica (GIL, 2007). Por esse viés é possível observar e compreender as aprendizagens e conhecimentos compartilhados na disciplina, bem como as metodologias e planos de ensino adotados com o objetivo de uma aprendizagem significativa.

Dessa maneira, pretendemos somar com a reflexão e mobilização pela inserção dos estudos sobre África na educação formal e de forma mais específica, na educação Geográfica, para que afrodescendentes e afro-brasileiros consigam estabelecer suas identidades e espacialidades num viés decolonial, ou seja, um posicionamento no mundo e na reconstrução de uma sociedade que historicamente tem olvidado esses grupos.

O presente trabalho está organizado em duas seções, a primeira traz uma discussão teórica e conceitual sobre África numa perspectiva do currículo e do ensino-aprendizagem de Geografia. A segunda seção evidencia a temática das africanidades em específico nos componentes curriculares dos cursos de Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais da UFG campus II, bem como discussões e inferências sobre esta experiência de docência e de estágio-docência. Por fim, apresentamos nossas “considerações em andamento”.

Os conteúdos sobre África no ensino de Geografia

O termo currículo, advindo do latim *curriculum*, remete à percurso, ordem e/ou sequência (GOODSON, 1995), termo este usado para referir-se a um conjunto de práticas educativas difundidas a partir do século XVI em várias instituições de ensino, desde a educação básica até o ensino superior, entendia-se que o currículo nortearia os estudos e os cumprimentos das normas presentes, o que, a priori, remeteria ao término do curso e a concessão do diploma. Com o passar dos anos os ideais de currículo começaram a ser modificados de acordo com as demandas de cada época (HAMILTON, 1992).

No contexto atual, sabemos que o currículo se insere num campo de disputa por saberes, o que implica numa forma de reiteração da hegemonia de determinados grupos sociais e na seleção desigual ou negação de conhecimentos de outros:

O processo de fabricação do currículo não é um processo lógico, mas um processo social, no qual convivem, lado a lado com fatores lógicos, epistemológicos, intelectuais, determinantes sociais menos “nobres” e menos “formais”, tais como interesses, rituais, conflitos simbólicos e culturais, necessidades de legitimação e de controle, propósitos de dominação dirigidos por fatores ligados à classe, raça, ou gênero (SILVA, 2010, p.02).

Neste sentido, os sujeitos sociais buscarão através do currículo o reconhecimento de suas lutas e a riqueza de suas representações culturais no contexto historiográfico (ARROYO, 2011). A incipiência de questões sobre a História da África, cultura afro-brasileira e racialidades no currículo das instituições de ensino é uma das grandes pautas do movimento negro desde os anos 1970. Como fruto dessas reivindicações, foi criada a lei nº 10.639/2003 que produz novas diretrizes curriculares para a obrigatoriedade dessas pautas na educação básica. Este marco legal propicia um maior reconhecimento das causas e dos vilipêndios sofridos pelas populações africanas e africano-descendentes, reconhecendo-as como sujeitos históricos da formação étnico-racial e territorial da sociedade brasileira, atribuindo valor e reconhecimento à sua história, seus pensamentos, modos de vida, práticas culturais, religiosas, dentre outras (DOMINGUES, 2007).

A lei nº10. 639/2003 questiona as ideias pré-estabelecidas quanto à africanidades e suas implicações na formação da sociedade brasileira e de sua cultura que por estarem suprimidas nos currículos educacionais não são evidenciadas nas instituições de ensino corroborando na manutenção do lugar de subserviência e irrelevância da herança africana no panorama histórico brasileiro (MENESES, 2007). Este processo implica em uma permanência da colonialidade nos currículos.

O processo de descolonização do currículo também se apresenta como relevante para a inserção da questão étnico-racial no meio educacional, sendo um grande desafio a ser enfrentado, haja vista que os sistemas de ensino devem dialogar com a realidade social dos/as estudantes não focando apenas em aspectos conteudistas, mas em questões significativas para



o cotidiano destes, deixando de negar e silenciar a cultura afrodescendente nos currículos (GOMES, 2012).

Descolonizar o currículo implica em torná-lo mais diverso em busca de apreender neste a diversidade étnico-racial, cultural, social, econômica e de gênero existente na sociedade, sem silenciamentos, numa compreensão de mundo cada vez mais isenta de uma visão eurocêntrica/colonial, sendo dessa maneira possível dar os primeiros passos rumo à descolonização através de propostas pedagógicas plurais de combate ao racismo (GOMES, 2012).

Segundo Joseph Ki-Zerbo, no que tange à história do continente Africano:

A História da África deve ser reescrita. E isso porque, até o presente momento, ela foi mascarada, camuflada, desfigurada, mutilada pela “força das circunstâncias”, ou seja, pela ignorância e pelo interesse. Abatido por vários séculos de opressão, esse continente presenciou gerações de viajantes, de traficantes de escravos, de exploradores, de missionários, de procônsules, de sábios de todo tipo, que acabaram por fixar sua imagem no cenário da miséria, da barbárie, da irresponsabilidade e do caos. Essa imagem foi projetada e extrapolada ao infinito ao longo do tempo, passando a justificar tanto o presente quanto o futuro. (KI – ZERBO, 2010, p. 32)

Partindo desse pressuposto é necessária uma reconstrução do imaginário acadêmico por meio da ressignificação dos saberes instituídos quanto a África e cultura Afro-brasileira. De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana:

Têm que desfazer a mentalidade racista e discriminadora secular, superando o etnocentrismo europeu, reestruturando relações etnicorraciais e sociais, desalienando processos pedagógicos. Isto não pode ficar reduzido a palavras e a raciocínios desvinculados da experiência de ser inferiorizados vivida pelos negros, tampouco das baixas classificações que lhe são atribuídas nas escalas de desigualdades sociais, econômicas, educativas e políticas. (BRASIL, 2004, p.06)

A geografia como ciência que se institucionaliza num viés eurocentrado, por vezes falha na manutenção de discursos contra hegemônicos, dessa forma é necessário pensar em como inserir esses diálogos nos saberes geográficos, em como formar geógrafos licenciados e bacharéis numa perspectiva menos dominante, compreendendo sobre relações raciais, africanidades e quebra de estereótipos por meio da ciência geográfica e do cumprimento das exigências de um currículo pautado na pluralidade e diversidade do território brasileiro.

As relações assimétricas estabelecidas perante a população negra e população branca na história desse país contribuem para um olhar de negação as culturas afro-brasileiras e indígenas, propiciando a manutenção de uma cosmovisão excludente e colonizadora nos mais diversos âmbitos em especial no âmbito educacional por meio de um ensino de geografia que ao invés de romper com discursos dominantes, os legitima, por vezes alegando não ser este o papel da Geografia, o que também nos remete a estruturação de um racismo à brasileira.

A reflexão acerca da relação ensino, África e Geografia é extremamente necessária haja vista que a ciência Geográfica possibilita a compreensão do papel dos sujeitos em sociedade e seus posicionamentos perante o sistema mundo (SANTOS, 2010), dessa forma, quando se trata de corpos racializados no Brasil temos uma relação direta com uma perspectiva afrodiaspórica, afro-brasileira, que gera distinções entre grupos sociais em função das relações de poder estabelecidas por meio da categoria Raça que de acordo com o Geógrafo Renato Emerson dos Santos, estudioso da questão racial na Geografia:

[...]a raça é um princípio social de classificação de indivíduos e grupos, construído artificialmente para o ordenamento de relações de hierarquias e poder. Enquanto tal, ela regula comportamentos e relações, interfere nas trajetórias de indivíduos e na inserção social de grupos, sendo então um fator crucial na constituição da nossa estrutura social e espacial (SANTOS, 2010, p.146)

Dessa maneira, pretendemos por meio das discussões aqui estabelecidas somar com esta luta ainda vigente na inserção dos estudos sobre África na educação formal e de forma mais específica, na educação Geográfica, para que afrodescendentes e afro-brasileiros consigam estabelecer suas identidades e espacialidades num viés descolonizador, ou seja, um posicionamento no mundo e na reconstrução de uma sociedade que historicamente tem olvidado esses grupos.

As discussões no âmbito da Geografia, África e relações étnico-raciais por autores/ass tais como Anjos (1999), Souza (2008), Cirqueira (2010), Ratts (2003), Santos (2007) dentre outros, nos evidenciam diálogos pertinentes quanto às possibilidades e potencialidades ao ensino de Geografia tendo em vista as exigências da legislação (lei nº10.639/03 e lei nº 11.645/08) e a visão de uma ciência geográfica que atue como instrumento de promoção da igualdade racial e combate ao racismo.



Segundo Rafael Sanzio dos Anjos, no que tange às potencialidades da Geografia nos diálogos sobre relações étnico-raciais:

A geografia é a ciência do território, e o território é o melhor instrumento de observação do que está acontecendo no Brasil. Ela expõe a diversidade regional, as desigualdades espaciais e a heterogeneidade da população. Essa é a área de conhecimento que tem o compromisso de tornar o mundo e suas dinâmicas compreensíveis para os alunos, de dar explicações para as transformações territoriais e de apontar soluções para uma melhor organização do espaço. A geografia é, portanto, uma disciplina fundamental na formação da cidadania do povo brasileiro, que apresenta uma heterogeneidade singular na sua composição étnica, socioeconômica e na distribuição espacial (ANJOS, 2005, p.176).

No que tange ao evidenciamento das relações raciais na escola, a educadora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva propõe exemplos de possíveis abordagens sobre África nas disciplinas escolares, a exemplo da Geografia a mesma elenca:

Os estudos dos espaços físicos e dos espaços humanos que a partir dele vão-se construindo requerem que se tenha como referência trabalhos de Milton Santos, entre outros, O Espaço do Cidadão (1990) e A Natureza do Espaço (1996), pois este autor estuda a Geografia do ponto de vista dos empobrecidos e marginalizados e, no caso do Brasil, a maioria dos descendentes de africanos se encontram entre eles (SILVA, 2005, p. 164).

Quando se trata de Geografia acadêmica e África podemos discorrer sobre as hierarquizações conteudistas que permeiam a formação de licenciandos e bacharelados em Geografia (OLIVEIRA, 2018; 2015). A ausência ou mesmo o viés facultativo atrelado às disciplinas sobre Geografia da África dizem muito sobre o caráter dispensável atribuído a esses saberes na formação de profissionais da ciência Geográfica.

Segundo Rafael Sanzio Araújo dos Anjos, em suas observações sobre África no contexto Geográfico:

Nos cursos de bacharelado e licenciatura em geografia, das universidades públicas ou privadas no Brasil, não existem dados abrangentes da situação. Entretanto, se tomarmos os exemplos das situações observadas na Bahia, em São Paulo e no Distrito Federal, vamos verificar que a disciplina Geografia da África não existe na estrutura dos cursos e, quando ocorre, está inserida dentro de outra. Existe, dessa maneira, uma precariedade de espaço na universidade para o desenvolvimento de conteúdos geográficos da África. (ANJOS, 2005, p. 175)

Sendo assim, o currículo da Geografia pode, sobretudo, repensar os saberes hierárquicos persistentes, superando as invisibilidades quanto aos conteúdos de África, africanidades e racialidades por meio da educação geográfica:

Nos marcos da geografia contemporânea, o que compreende as “viradas” crítica e cultural, delineia-se uma abordagem teórica, metodológica e política, uma geografia humana, humanista, que focaliza indivíduos e coletividades desumanizadas pelo racismo e outras formas de discriminação, a exemplo do sexismo e da homofobia. É uma pedagogia política que se faz com o objetivo da emancipação dos sujeitos colonizados e subalternizados. A ciência geográfica e a Geografia Escolar têm amplo potencial de reflexão e intervenção neste cenário (RATTS, 2010, p.138).

A aproximação de pontos de vista entre os autores geógrafos referidos aponta para uma necessidade de ampliar o debate sobre o ensino de Geografia da África no contexto da educação para as relações étnico-raciais (ERER), foco da pesquisa em andamento.

A África nas disciplinas dos cursos de Geografia da Universidade Federal de Goiás

Desde 2011, com a alteração do Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Geografia do Instituto de Estudos Sócio-Ambientais da Universidade, duas disciplinas foram propostas que incorporam uma direta e outra indiretamente, os conteúdos acerca de África:

Tópicos em Geografia Regional (64h): Disciplina de tema variado, abordando uma das grandes regiões mundiais: África; América Anglo-Saxônica e Europa; América Latina; Ásia e Oceania. Enfoque sobre a origem histórico-geográfica; particularidades fisiográficas; características contemporâneas dos países; relações internacionais e integração regional.

Tópicos em Geografia Humana (64h): Disciplina de tema variado, com desenvolvimento de tópicos especiais de Geografia Humana, Geografia e Cultura, Geografia Regional, Geografia e Movimentos Sociais, entre outros. (IESA/UFG, 2011).²

A disciplina que recebeu os seguintes título e subtítulo “Tópicos em Geografia Humana: Geografia da África” é o foco desta seção do trabalho:

Ementa: O ensino de Geografia da África; as sociedades africanas da antiguidade e do período moderno/colonial; escravidão e colonização na perspectiva atlântica; movimentos culturais e políticos africanos, com foco nos processos de independência e descolonização. (IESA/UFG, 2015)

² Desde a mudança do PPC, os professores Ivanilton Oliveira e Alex Ratts ministraram os conteúdos sobre África na disciplina Tópicos em Geografia Regional. O segundo docente mencionado, desde 2015, passou a trabalhar estes conteúdos na disciplina Tópicos em Geografia Humana, cuja ementa é a que analisamos aqui.



Tendo em vista as discussões estabelecidas sobre currículo do ensino superior, Geografia e África, apresentaremos algumas notas a referida disciplina ofertada aos cursos de Licenciatura e Bacharelado em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás. Trata-se de observações e inferências proporcionadas pelo Estágio Docência, requisito obrigatório para estudantes do Programa de Pós-Graduação em Geografia da mesma instituição (PPGEO/IESA/UFG).

A disciplina tem carga horária de 64 (sessenta e quatro) horas semestrais têm em seu plano de ensino cinco unidades temáticas norteadoras: “Unidade 1: Imagens da África”; “Unidade 2: África, Educação e Geografia”; “Unidade 3: Sociedades africanas na antiguidade e medievo; “Unidade 4: Sociedades africanas no período moderno/colonial”; “Unidade 5: Colonização e descolonização na perspectiva atlântica”.

Numa reflexão acerca dos tópicos da ementa e da perspectiva político-pedagógica do exercício da disciplina, Ratts (2018) apresenta o roteiro temático que, então, ministrava:

Na ementa, temos 5 tópicos definidos que, notoriamente, são difíceis de abordar em um único semestre letivo, mas que são roteiros para as aulas expositivas e podem ser complementados com os seminários: O ensino de Geografia da África; As sociedades africanas da antiguidade e do período moderno/colonial; Escravidão e colonização na perspectiva atlântica; Movimentos culturais e políticos africanos, com foco nos processos de independência e descolonização. (p. 33)

O autor segue explicando o ponto de vista político-pedagógico adotado:

Neste artigo, trago apenas os dois primeiros pontos. Início retomando os conteúdos e princípios da lei 10.639 em face de demandas históricas de acadêmics e ativists negrxs, apresento três aspectos da abordagem feita na disciplina – a relação entre eurocentrismo, racismo e a Geografia; as sociedades africanas da antiguidade; as sociedades africanas do período moderno/colonial – e, por fim, abordo um princípio que tem relação com tema geral: o reconhecimento da autoria negra africana e da diáspora. (RATTS, 2018, p. 33)

A metodologia adotada pelo docente em sala de aula consiste em aulas expositivas e dialógicas com atendimento extra-aula, exibição de filmes, videoclipes, mapas e fotografias, sempre priorizando um ambiente propício à construção e desconstrução de conceitos e ideias pré-concebidas sobre o continente africano. Este fato foi questionado inclusive no primeiro dia de aula como dinâmica de apresentação e conhecimento dos estudantes, onde estes foram incentivados a se apresentar e expor a concepção de África obtida durante o ensino básico e

tomando como base as concepções expostas foi possível enxergar em que patamar de saberes e perspectivas sobre o continente africano estaríamos lidando durante o semestre letivo.

Por meio da dinâmica pudemos perceber uma África distante e estereotipada por grande parte dos/as estudantes que relataram pouco contato com essa temática e mesmo os que tiveram contato expuseram um conteúdo passado de forma bastante descritiva e incipiente:

Nos livros didáticos de geografia geral e nos atlas geográficos, o continente africano está colocado nas partes finais da publicação e geralmente com um espaço bem menor que os outros blocos continentais. Sendo o último a ser estudado, muitas vezes o tempo escolar fica esgotado para o cumprimento do programa e, muitas vezes, a África não é estudada. Verificamos aí um paradoxo estrutural no sistema escolar uma vez que a África, como berço dos antepassados do homem, deveria ser estudada em primeiro lugar. (ANJOS, 2005, p.175)

O público da disciplina é formado por licenciandos e bacharelados em Geografia dos mais diversos estágios da graduação, trata-se de uma turma de caráter multirracial, o que nos configura diferentes perspectivas sobre África. As interações e participações de uma boa parcela dos estudantes fazem com que o conhecimento seja apreendido de uma forma mais horizontal tendo como rotina consistente a quebra de estereótipos e a superação de imagens encapsuladas sobre o continente africano.

Tratar de África no contexto geográfico não significa necessariamente discutir temas como “Tráfico negreiro”, “Colonização”, “Apartheid”, “Relevo africano”, dentre outros. Ainda que essas temáticas façam parte do escopo das aprendizagens sobre África elas pouco representam o que de fato pretendemos por uma Geografia da África. Primeiramente, cabe ressaltar que desde a antiguidade há uma noção fragmentada e estereotipada da África centrada em um Egito embranquecido com restritas conexões mediterrâneas e arábicas, mas não africanas. Há um vazio temporal, histórico, entre a África da Antiguidade e da Modernidade, que se desdobra em uma negação espacial. Nesse longo tempo-espço de formação de uma ideia de Europa, onde se constituem cidades, universidades e heresias para além da hegemonia cristã (LE GOFF, 2006), na África se constituem reinos e impérios que os mapas portulanos e a cartografia colonial reconhecem.



Uma Geografia da África constrói a ideia de um mundo/sociedade para além de uma perspectiva colonial, uma Geografia dos colonizados, daqueles que lutam pelo rompimento de laços que deveriam ter sido extintos há centenas de anos. Dessa maneira, a ciência geográfica se faz necessária quando se trata de relações de poder e contrastes espaciais, bem como a ideia de que determinados grupos conseguem mais espaço no debate geográfico em detrimento de outros (GOODSON, 1995).

No que tange a análise do plano de ensino é perceptível a relevância dada a referenciais teóricos de pesquisadoras e pesquisadores negros e africanos, uma lacuna presente no âmbito acadêmico onde a episteme e as teorias ainda pertencem a referentes brancos e/ou europeus, o que nos leva a refletir sobre um conceito discutido por Boaventura de Sousa Santos (1995): O epistemicídio. Sendo esta uma prática de desqualificação e subjugação dos saberes produzidos por povos subalternizados o que, segundo Sueli Carneiro (2005), é uma forma de desqualificação ao grupo em si, tendo em vista a indissociabilidade do conhecimento produzido em relação a quem produz.

Podemos citar os trabalhos de alguns autores/as geógrafos/as negro-africanos/as utilizados/as nos referenciais teóricos, tais como: “A África, a educação brasileira e a geografia” de Rafael Sanzio (2005); “Ensino de geografia e currículo: questões a partir da Lei 10.639” de Renato Emerson dos Santos (2010); Denilson Araújo de Oliveira e sua obra “Por uma geografia nova do ensino de África no Brasil”, “A perspectiva do ‘mundo negro’: notas para o ensino de Geografia da África no Brasil” de Alex Ratts (2018).

No que tange a cartografia, há o uso de mapas de geografia física, mapas históricos, mapas coloniais, dentre outros em sala, para fins de uma leitura cartográfica e geográfica do continente em questão. De acordo com o geógrafo Rafael Sanzio:

Os mapas, por sua vez, são historicamente as principais representações gráficas do mundo real e se firmam como as mais relevantes ferramentas na interpretação e leitura do território, possibilitando revelar a territorialidade das construções sociais e feições naturais do espaço e, justamente por isso, mostram os fatos geográficos e os seus conflitos. Estes possibilitam revelar graficamente o que acontece na dinâmica do espaço e tornam-se cada vez mais imprescindíveis, por constituírem, uma ponte entre os níveis de observação da realidade e a simplificação, a redução, a explicação e de pistas para a tomada de decisões e soluções dos problemas (ANJOS, 2005, p.179)

A utilização de audiovisuais em sala de aula também é um dos recursos utilizados para evidenciar a história e cultura africana. No primeiro dia de aula foi articulada a exposição do filme “Pantera Negra”, produzido no ano de 2018, tendo elenco e produção com grande porcentagem afro-americana, uma ruptura ao viés hollywoodiana. A fotografia e roteiro cinematográfico é traçado por um continente africano marcado pela riqueza cultural e natural de suas terras, rompendo com a ideia macro de miséria e pobreza veiculada constantemente. Por meio do filme vários questionamentos puderam ser elencados, dentre estes a discussão sobre tradições, rituais, vestimentas, paisagens naturais, localização geográfica, geopolítica, dentre outras perspectivas.

Documentários para fins de exposição de objetos artísticos e culturais, paisagens naturais e urbanas, aspectos históricos e filosóficos, são adotados na construção didático-pedagógica da disciplina e conseqüentemente de uma África menos equidistante, bem como o uso de videoclipes, artes visuais e músicas africanas, objetivando uma melhor compreensão e uma melhor dinâmica ao ensino-aprendizagem em sala de aula.

A partir dessas metodologias e dos diálogos estabelecidos entendemos que a educação é uma das grandes armas na luta contra a marginalização das africanidades, pois a partir de mecanismos educacionais forjamos uma perspectiva crítica onde os sujeitos sociais excluídos da lógica colonialista participam ativamente de suas narrativas e conseguem ter suas pautas inseridas nos currículos escolares e devido esse poder de emancipação gerado pela educação formal insistimos na implementação das legislações que amparam o evidenciamento histórico de um Brasil constituído e interligado por matrizes africanas.

Considerações em andamento

Em nosso entendimento, a disciplina “Tópicos em Geografia Humana: Geografia da África” contribui de forma significativa na construção de uma ciência geográfica que busca cada vez mais romper com o silenciamento das temáticas africanas nos mais diversos âmbitos e que pretende sobretudo afirmar que uma Geografia do Brasil está diretamente ligada a uma Geografia da África.



No que concerne às subjetividades presentes na sala de aula, compreendemos que os pertencimentos étnico-raciais do docente, da estagiária e dos discentes, como componentes da “comunidade pedagógica” (hooks, 2013). representaram um ponto relevante na construção dos conhecimentos em sala de aula, bem como na contestação de perspectivas pré-concebidas sobre África.

Tendo em vista as potencialidades da Geografia no que tange às discussões sobre africanidades e racialidades, compreendemos que os impedimentos e resistências a estas abordagens se dão de forma estrutural e institucional, ou seja, para uma mudança expressiva é necessária uma ressignificação da práxis docente que ainda persiste nos moldes eurocêntricos. A percepção de que essas temáticas podem ser abordadas não apenas em disciplinas específicas sobre África e Relações Raciais na Geografia também é um dos grandes desafios, o que representa sobretudo uma ampliação no cerne das discussões geográficas.

Pensamos que é necessário reconhecimento e acolhimento das diferenças no seio escolar a partir deste currículo descolonizado e uma ciência geográfica antirracista capaz de contemplar essas demandas, dessa maneira o eurocentrismo é questionado e demais heranças culturais deixam de ser ignoradas e saberes tais como os étnico-raciais ganham visibilidade numa medida relevante para a formação de uma identidade brasileira, identidade esta que se embasa num conjunto de diversas etnias, raças, conhecimentos e culturas que se diferenciam e entrelaçam cotidianamente.

Referências

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. **A Geografia, a África e os negros brasileiros**. In: MUNANGA, Kabengele (Org.) **Superando o racismo na escola**. Brasília, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005 [1999], p.173-184.

ARROYO, Miguel G. **Currículos, Territórios em disputa**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2011. 2ª edição.

BRASIL - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Parecer CNE/CP 3/2004, de 10 de março de 2004.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. Tese (Doutorado em Filosofia da Educação). São Paulo, Universidade de São Paulo, 2005. 340p.

CIRQUEIRA, Diogo Marçal. **Entre o corpo e a teoria: a questão étnico-racial na obra e trajetória socioespacial de Milton Santos**. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia). Goiânia, Universidade Federal de Goiás, 2010.159 f.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**. Niterói, v. 12, n. 23, 2007, p. 100-122.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo, Atlas, 2002; 4a. Ed.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**. Rio de Janeiro, Record, 1997

GOMES, Nilma Lino. **Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos**". **Currículo sem fronteiras**, V.12, N.º.1. jan./abr. 2012, p. 98-109, Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol12iss1articles/gomes.pdf>. Acesso em: 08 mar.2019.

GOODSON, Ivor F. **Currículo: teoria e história**. Petrópolis: Vozes, 1995

HAMILTON, David. Sobre as origens do termo classe e curriculum. **Teoria e Educação**, v. 6, Porto Alegre, Pannonica, 1992, p. 33-53.

HOOKS, bell. A construção de uma comunidade pedagógica. In: _____. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo, Martins Fontes, 2013 [1994], p. 173-174.

KI-ZERBO, Joseph. **História Geral da África**. Vol. I. Brasília: UNESCO, 2010. 2a. Ed.

LE GOFF, Jacques. **Em busca da Idade Média: conversas com Jean Maurice de Montremy**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2006. 222p

MENESES, Maria Paula. Os espaços criados pelas palavras – racismos, etnicidades e o encontro colônia. In: GOMES, Nilma Lino (Org.) **Formação de professores e questão racial: uma visão além das fronteiras**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, p. 55-75.

OLIVEIRA, Denilson Araújo de. Por uma geografia nova do ensino de África no Brasil. In: In: RATTS, Alex et al (Org.) **Espaço e diferença: abordagens geográficas da diferenciação étnica, racial e de gênero**. Goiânia, Gráfica da UFG, 2018, p. 09-32. Disponível em: <https://producao.ciar.ufg.br/ebooks/genero-e-diversidade-na-escola/conteudo/parte1/02.html> / Acessado em 25/03/2019.

_____. Possibilidades de leitura do continente africano a partir do ensino de Geografia: uma avaliação preliminar dos impactos da lei 10639/03. In: BEZERRA, Amélia A. C. et al (Org.) **Formação de professores de Geografia: diversidade, práticas e experiências**. Niterói, EDUFF, 2015, p.157-190.

RATTS, Alesandro (Alex) J.P. A perspectiva do “mundo negro”: notas para o ensino de Geografia da África no Brasil. In: RATTS, Alex et al (Org.) **Espaço e diferença: abordagens geográficas da diferenciação étnica, racial e de gênero**. Goiânia, Gráfica da UFG, 2018, p. 33-39. Disponível em: <https://producao.ciar.ufg.br/ebooks/genero-e-diversidade-na-escola/conteudo/parte1/02.html> / Acessado em 25/03/2019.



_____. Geografia, relações étnico-raciais e educação: a dimensão espacial das políticas de ações afirmativas no ensino. **Terra Livre**. Rio de Janeiro, Vol. 1 N°. 34, jan-jun, 2010, p. 125-140.

_____. A Geografia entre as aldeias e os quilombos: territórios etnicamente diferenciados In: ALMEIDA, Maria Geralda de; RATTS, Alecsandro J.P. (Org.). **Geografia: Leituras Culturais**. Goiânia: Ed. Alternativa. 2003, p. 29-48.

SANTOS, S. Boaventura. **Pela Mão de Alice**. São Paulo: Cortez Editora, 1995.

SANTOS, Renato Emerson dos. Ensino de Geografia e currículo: questões a partir da lei 10.639. . **Terra Livre**. Rio de Janeiro, Vol. 1 N°. 34, jan-jun, 2010, p. 141-160

_____. (Org.). **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: o negro na Geografia do Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. 199p.

SILVA JR., Hédio. Conceito e demarcações históricas. In: SILVA JR, Hédio; BENTO, Maria Aparecida. SILVA, Mário Rogério (Org.) **Políticas públicas de promoção de igualdade racial**. São Paulo, Ceert, 2010. 288p.

SILVA, Petronilha B. Gonçalves. e. Aprendizagem e ensino das africanidades brasileiras. In: MUNANGA, Kabengele (Org.) **Superando o racismo na escola**. Brasília, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005 [1999], p.155-172.

SOUZA, Lorena Francisco de; RATTS, Alecsandro. **Boletim Goiano de Geografia**. Goiânia, Vol. 28, N°. 1, out/2008, p. 143-156.